

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Costanzo Álvares, 55, tel.: 854-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1949)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## A aliança sem ideal dos que querem se servir do Brasil

Algumas semanas atrás desapareceu, em Paris, uma figura que foi considerada, unanimemente, inclusive por seus adversários mais ferrenhos, como uma das mais brilhantes do cenário político francês do pós-guerra: Edgar Faure. Tendo ocupado vários cargos na administração pública de seu país, inclusive mais de um ministério, não houve ninguém que deixasse de louvar, na França e fora dela, suas extraordinárias lucidez e inteligência.

A revista L'Express, ao noticiar a morte desse homem, destacou uma frase que ele costumava repetir muito no fim de sua vida, que revela perfeitamente o que aconteceu em sua pátria nesse período em que ele esteve em evidência. É a mais exata explicação para a evolução política experimentada pela França que, de um dos países mais preconceituosos do mundo de ponto de vista ideológico, transformouse em duas ou três décadas num dos mais prósperos e modernos do planeta, ao libertar-se da quase completa ditadura ideológica que tanto mal fez à sua evolução econômica e social.

Evolução esta que pode ser medida com exatidão, neste momento em que acaba de ser realizado o primeiro turno das eleições presidenciais francesas, pela constatação da diferença entre o François Mitterrand dos tempos da aliança do Partido Socialista com o Partido Comunista e o François Mitterrand que foi o candidato à presidência mais votado pelos franceses no domingo passado. Esses votos, que parecem garantir sua reeleição, foram alcançados sobretudo por ele se haver adaptado perfeitamente a esse novo tempo, a ponto de conviver, como presidente da República (que lá é apenas o chefe de Estado), em tranqüila harmonia com um chefe de governo (primeiro-ministro) — Jacques Chirac — que durante o seu primeiro período presidencial aplicou uma política totalmente em desacordo com os dogmas socialistas que ele defendia intransigentemente até chegar à Presidência.

“A verdadeira escolha é muito mais sobre os meios do que sobre os ideais” — ensinava Faure. O que, em outras palavras, significa o seguinte: aqueles países que já penetraram na tão decantada modernidade, só conseguiram esses resultados que apresentam em matéria de produção de riquezas e disseminação da prosperidade a partir do momento em que descobriram que daquilo que se refere às lutas políticas e ideológicas os ideais visados são os mesmos para todo mundo, independente da corrente ideológica que os proclama. Ou seja: nunca na história da humanidade — excluídos os casos de paranóia e de grave deformação moral — nenhum líder político ideológico proclamou que desejava aprofundar a miséria do seu povo ou cercear as suas liberdades; todos, sem exceção, sempre atuaram em nome da liberdade, da prosperidade e da justiça social, com objetivos absolutamente prioritários. Quanto aos meios para atingir esses ideais é que, pelo menos até um período bem recente, quase contemporâneo de nossa história, sempre houve divergências. E foi em torno dessas divergências sobre a maior ou menor eficiência desses meios que se travaram as lutas políticas e ideológicas ao longo dos séculos.

Dizíamos acima “até um período bem recente” porque o quadro que nos é oferecido pelo mundo atual, onde um privilegiado grupo de países eliminou definitivamente a servidão da fome e da miséria material, torna sem sentido qualquer discussão sobre os meios de se atingir o mais rapidamente possível o estágio em que eles se encontram. Só há um caminho. E foi essa descoberta que fez com que o socialista Mitterrand fosse eleito pelo mesmo povo que elegeu uma maioria parlamentar (que determina a formação do governo) de cunho nitidamente liberal e neocapitalista. É ela ainda que faz com que o primeiro ministro socialista da nova democracia espanhola dê para o conceito de empresa nacional na Espanha uma definição ainda muito mais liberal do que a que lhe pretendem dar o senador Roberto Campos e o deputado Afif Domingos na nova Constituição que se prepara para o Brasil. É também o que faz com que Portugal, presidido pelo socialista Mário Soares, e governado pelo liberal Cavaco Silva, se empenhe, sob a liderança de ambos, para retirar da Carta Magna portuguesa aquilo que há dez anos a predominância dos comunistas no cenário político local permitiu que nela fosse introduzido. E que nada mais é do que o que essa sinistra aliança entre o socialismo totalitário brasileiro, os militares mais reacionários do setor de segurança e os políticos mais destituídos de convicções sólidas que vivem ao sabor da oscilação das “ondas” ou que atuam em defesa de interesses cartoriais vão conseguindo introduzir neste momento em nossa Constituição.

Quando faltam apenas três anos e alguns meses para que as nacionalidades da Europa Ocidental, até ontem exacerbadas ao ponto de terem produzido as mais trágicas guerras registradas na história da humanidade, se “dissolvam” no cadinho de uma unidade econômica total e absoluta, com moeda única e livre circulação de capitais entre os países membros da Comunidade Européia, esses representantes brasileiros do que chamamos de “decrepitude ideológica” continuam a agir em nome de velhos e ultrapassados preconceitos ideológicos e nacionalistas, cuja superação foi a condição básica para o espantoso surto econômico que caracteriza os países que chegaram à era da prosperidade. Foi por conhecerem esta lição — a mesma que Edgar Faure passou à França — desde a Convenção de Pensilvânia, onde nasceu a Constituição que vigora lá até hoje, que os Estados Unidos sempre estiveram na vanguarda da corrida que leva a isso que hoje se chama de modernidade.

Modernidade é a palavra mais citada, hoje, no debate político brasileiro. Sobre esse ideal — o Brasil em pleno convívio da modernidade — não há qualquer divergência de um extremo ao outro do espectro ideológico da Constituinte. (O que varia — embora não ostensivamente — é a prioridade que cada constituinte lhe atribui na hora da decisão.)

O que a Constituinte discute neste momento são meios: os meios de conduzir o Brasil à modernidade no mais curto espaço de tempo possível. Com dois terços de sua população nos níveis da fome, com 40 milhões de brasileiros à margem do sistema econômico nacional, não podemos nos dar ao luxo de sofrer o atraso que a França sofreu por ter tardado a se libertar do predomínio da ideologia. E a discussão

sobre os meios de se superar mais rapidamente o atraso e a ineficiência no campo da economia não é mais admitida nem mesmo nas duas grandes rações comunistas da atualidade: a Rússia Soviética e a China. O que provoca a discussão que nelas se trava em torno das novas políticas escolhidas por Gorbachov e pelo seguidor de Deng Xiaoping nasce de desejos inconfessados de preservar privilégios econômicos e poderes políticos (a variação das prioridades). Exatamente como aqui, quando de repente, na hora de se discutir a Ordem Econômica assistimos a essa aliança obscena entre os setores mais reacionários do Conselho de Segurança Nacional, os comunistas confessos (e os enrustidos) do PT, o populismo caudilhesco do PDT, a demagogia irresponsável dos que pretendem manter-se sempre na crista das ondas e o nacionalismo extemporâneo de alguns grandes empresários que vivem proclamando sua fé na economia de mercado e na internacionalização da economia, mas que não admitem que o capital estrangeiro venha ameaçar a sua hegemonia nos seus respectivos campos de ação.

Para todos esses grupos, afinal, o Brasil é antes de tudo um meio por meio do qual pretendem atingir seus fins, políticos ou econômicos.

Quanto aos ideais, eles não são idealistas.